



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CARTA CONTRATO Nº 10/2020

CARTA-CONTRATO N. 10/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. 0002933-20.2019.6.22.8000

PREGÃO ELETRÔNICO N. 04/2020

**CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE
RONDÔNIA, E A EMPRESA LIMA &
SILVA LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE
EQUIPAMENTOS, TAIS COMO: TENDAS
E CLIMATIZADORES, COM VISTAS AO
ATENDIMENTO DA DEMANDA ADVINDA
DO PLEITO ELEITORAL DE 2020.**

CONTRATANTE: A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, CNPJ 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00.

CONTRATADA: Empresa **LIMA & SILVA LTDA**, CNPJ 08.156.871/0001-00, com sede na Avenida Marechal Rondon, n. 222, Bairro Alvorada, CEP: 76.920-000, Município de Ouro Preto do Oeste, Estado de Rondônia, Telefone(s): (69) 99236-8747 / 99971-9712 / 9207-8692 / 3461-5752 / 9333-8623, E-mail(s): daiane.licitacolombo@hotmail.com e financeiro@tendascolombo.com.br, neste ato representada por **DAIANE VIEIRA PACÍFICO**, brasileira, Cédula de Identidade RG n. 600.539/SSP-RO e CPF n. 599.005.392-49.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Leis 8.666/1993 (Licitações e Contratos) e 10.520/2002 (Pregão Eletrônico), Decretos Federais 3555/2000, 9507/2018 e 10.024/2019, Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, Resolução TSE 23.234/2010, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Instrução Normativa TRE-RO 04/2008 e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei 10.406/2002 (Código Civil), assim como decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 4º, XXII, da Lei 10.520/2002, e Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos.

Ato de Autorização da Licitação: DESPACHO Nº 101/ 2020 - PRES/DG/GABDG, de 28/01/2020.

Ato de Homologação do Pregão Eletrônico: DESPACHO Nº 334/2020 - PRES/DG/GABDG, de 07/05/2020.

DO OBJETO

(Artigo 55, I e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto desta Carta-Contrato a prestação de serviço de locação de equipamentos, tais como: tendas e climatizadores, com vistas ao atendimento das demandas advindas do **Pleito Eleitoral de 2020**, conforme especificações abaixo enumeradas:

Item do Edital	Objeto	Quantidade objeto	Quantidade de diárias
11	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	3	1 diária
12	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	3	1 diária



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	1	4 diárias
14	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	1	4 diárias
34	Climatizador de ambientes - tamanho grande	4	1 diária
35	Climatizador de ambientes - tamanho grande	4	1 diária

Subcláusula Primeira – Com a assinatura deste instrumento, a CONTRATADA ratifica que observará, entre outros, os critérios de sustentabilidade ambiental definidos para esta contratação, conforme detalhado no item 5 do Termo de Referência correspondente.

Subcláusula Segunda – Vinculam-se à presente Carta-Contrato, independente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, incluindo o Termo de Referência respectivo, bem como a Proposta da CONTRATADA.

DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E LOCAIS DE ENTREGA

(Artigo 55, IV, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – Quanto aos prazos e locais de entrega do objeto desta Carta-Contrato, deve ser observado o que segue:

Item do Edital	Objeto	horário de entrega do material	horário de recolhimento do material	
11	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	18h do dia 03/10/2020.	08h do dia 05/10/2020.	Coordenadoria Baixa da União



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	18h do dia 24/10/2020.	08h do dia 26/10/2020.	Coordenador 1889,
13	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	08h do dia 01/10/2020	08h do dia 05/10/2020.	Comissão de T Centro, Porto
14	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	08h do dia 22/10/2020	08h do dia 26/10/2020.	Comissão de T Centro, Porto
34	Climatizador de ambientes - tamanho grande	18h do dia 03/10/2020.	08h do dia 05/10/2020.	Coordenadoria Baixa da Uniã
35	Climatizador de ambientes - tamanho grande	18h do dia 24/10/2020.	08h do dia 26/10/2020.	Coordenadoria Baixa da Uniã

Subcláusula Primeira – Poderá haver mudança dos endereços de entrega e instalação, sem, entretanto, alterar o município informado, tal modificação será comunicada pela Contratante no ato da requisição dos serviços e deverá ser executado pela Contratada sem qualquer acréscimo no valor da proposta.

Subcláusula Segunda – Conforme item 2.3 do Termo de Referência respectivo, Anexo ao Edital de licitação, a empresa deve atentar que, para determinados itens as diárias informadas referem-se a eventos que ocorrerão em datas diferentes, 1º turno das Eleições e 2º turno, se houver, sendo contabilizado uma diária apenas.

Subcláusula Terceira – Ainda conforme item 2.4 do Termo de Referência respectivo, Anexo ao Edital de licitação, a proposta da contratada abrange todos os custos diretos e indiretos inerentes aos procedimentos de execução dos serviços contratados, tais como tributos incidentes, serviços, encargos sociais, trabalhistas, transporte, montagem, limpeza e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quarta – A Administração não se obriga à contratação de todas as diárias estimadas, especialmente em relação ao mês de outubro/2020 circunstância que dependerá da ocorrência de 2º turno das Eleições/2020.

DO DETALHAMENTO DO OBJETO (ITENS)

(Artigo 55, IV, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – Quanto ao detalhamento dos itens que compõem o objeto desta contratação, devem ser observadas as seguintes condições:

a) Das Tendas

Tendas do tipo piramidal, com estrutura em metal galvanizado, com área de cobertura de tamanho mínimo de 5mx5m, cobertura de lona branca, altura mínima 2,5m. Deverá ser incluída a montagem e a desmontagem, no endereço informado acima. Caso a tenda não caiba no endereço a ser informado pelo Chefe de Cartório, quando do fechamento do cadastro do eleitor, poderá haver ajustes nas dimensões no momento da instalação, sem acréscimo ao valor contratado.

b) Climatizador

Em que pese as unidades não terem se manifestado em relação à necessidade de climatizadores, considerando o histórico das últimas eleições, situações nas quais os equipamentos foram contratados de forma emergencial, por suprimimento de fundos [0378948](#), considerando a necessidade de planejamento das compras e adequação da natureza da despesa a fim de evitar seu fracionamento, esta unidade inclui a contratação do objeto conforme itens 34 e 35. Quanto à necessidade do equipamento, não resta dúvida. Quanto ao mês de outubro, ocorrerá a totalização dos votos pelos Chefes de Cartórios da Capital, com a participação dos integrantes das Juntas Eleitorais, que também trabalharão no estacionamento do TRE, por isso a contratação para climatizar o ambiente aberto.

DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

(Artigo 57, caput e § 3º, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA QUARTA – Esta Carta-Contrato terá a vigência a contar da data de sua assinatura no Sistema Eletrônico de Informação – SEI até o dia 19/12/2020.

Subcláusula única – O prazo de execução dos serviços obedecerá ao cronograma informado no item 2.1 do Termo de Referência respectivo, anexo do Edital de licitação, o qual foi reproduzido na Cláusula Segunda deste instrumento.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA – O valor total estimado desta carta-contrato é de **R\$ 7.844,25** (sete mil oitocentos e quarenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), conforme proposta da CONTRATADA e tabela abaixo:

Item do Edital	Objeto	Quantidade estimada do objeto	Quantidade estimada de diárias
		(A)	(B)
11	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	3	1 diária
12	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	3	1 diária
13	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	1	4 diárias
14	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	1	4 diárias
34	Climatizador de ambientes - tamanho grande	4	1 diária



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

35	Climatizador de ambientes - tamanho grande	4	1 diária
----	--	---	----------

Subcláusula Primeira - O quantitativo acima é estimado e, assim, não obriga a Administração a efetuar a contratação de sua totalidade durante a vigência deste instrumento.

Subcláusula Segunda – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas incidentes sobre a contratação, diretos ou indiretos, tais como: mão-de-obra, tributos incidentes, serviços, encargos sociais, trabalhistas, materiais, deslocamentos e lucro, ou quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Terceira - As despesas com a execução da presente Carta-Contrato correrão à conta do Orçamento Ordinário 2020 do TRE-RO, PROGRAMA DE TRABALHO: 02061003342690001, ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39-12, Notas de Empenho nº 2020NE000350 e 2020NE000351, ambas de 12/05/2020, e consoante detalhado a seguir:

FONTE ORÇAMENTÁRIA		
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Pleito Eleitoral 2020	
AGREGADOR	Apoio Administrativo, técnico e Operacional	
DESPESA AGREGADA	Fechamento do cadastro de eleitores Comissão de transporte Divulgação do resultado	
PLANO INTERNO	DIV SERVIC 1 DIV SERVIC 2	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quarta – Por se tratar de contrato de escopo, com previsão de prestação de serviços por período inferior a 12 meses, não há previsão de reajuste de preços em nenhuma das modalidades e, quanto à eventual necessidade de revisão, reequilíbrio e outros tipos de alterações contratuais, deverá ser observado o que consta na Cláusula “DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL” deste instrumento.

DO PAGAMENTO

(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA - Os pagamentos à Contratada serão efetuados mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil, contado da data em que a Fatura/Nota Fiscal for devidamente atestada pelo gestor desta contratação, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços – ISS, observando que:

1. O pagamento será efetuado por evento ocorrido ou turno da eleição, após o recolhimento do material locado;
2. Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá estar em situação de plena regularidade junto à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (INSS), à Justiça do Trabalho (CNDT) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade, irregularidade na execução ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à CONTRATADA, observado o disposto neste instrumento;
4. Caso o CONTRATANTE identifique alguma divergência ou pendência que impeça o pagamento, notificará a CONTRATADA para a devida regularização, sendo que o prazo para pagamento será contado a partir da regularização da pendência ou divergência;
5. Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão n. 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012);

6. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

7. O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada neste instrumento contratual;

8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

9. A compensação financeira prevista no item anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 67 da Lei 8666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – No TRE-RO, a gestão desta contratação será exercida pelo titular da Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE/RO - COMAP e a fiscalização dos serviços desta contratação será exercida pelo Chefe de Cartório do município de execução dos serviços, e, na capital, pelos titulares da Coordenadoria de Serviços Gerais, da Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão - ASPLAN e da Coordenação de Segurança das Eleições- COSE, ou, na ausência dos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

titulares mencionados, pelos seus respectivos substitutos, aos quais competem, nessas condições, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa nº 04/2008 e em suas alterações.

Subcláusula Primeira - Os fiscais desta contratação deverão fazer o acompanhamento do recebimento e a devolução dos materiais requisitados, atestando e conferindo suas quantidade e qualidade, cabendo a todos:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução física dos serviços “in loco”;
- b) Apontar as faltas cometidas pela Contratada, solicitando correções e substituições; e
- c) Emitir termo de recebimento e devolução do objeto contendo data e hora.

Subcláusula Segunda - A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização mencionada durante a realização dos trabalhos indicados neste instrumento não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos objetos ora contratados.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA – São obrigações do CONTRATANTE:

1. Solicitar formalmente à Contratada, mediante requisição dos serviços, com até 05 (cinco) dias corridos de antecedência, a quantidade necessária, indicando horário e endereço de entrega e recolhimento;
2. Receber os objetos devidamente higienizados nos locais especificados no presente instrumento, por meio de Termo de Recebimento (Termo de Recebimento e Devolução de Material - Anexo I), no qual deverão constar as condições apresentadas pelo objeto locado (vistoria completa) e a discriminação de seus acessórios e equipamentos, bem como a data e a hora da efetiva entrega nos locais onde serão utilizados;
3. Recusar os materiais que estiverem em desacordo com as exigências estipuladas no termo de referência, no Edital ou na carta-contrato, ou, ainda, se apresentarem quaisquer vícios de qualidade ou impropriedades para o uso.
4. Disponibilizar os objetos locados para recolhimento pela CONTRATADA, a partir das 08h00 do dia seguinte à realização do evento, devendo a referida operação ser processada por meio de Termo de Devolução



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

devidamente assinado pelo fiscal do contrato e pelo representante da empresa locadora;

5. Responsabilizar-se por todos os danos ocasionados aos objetos, durante o período em que os mesmos estiverem sob sua responsabilidade;
6. Manter atualizados os documentos próprios dos registros de serviços que tenham sido realizados pela CONTRATADA;
7. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
8. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada;
9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, conforme estipulado neste instrumento;
10. Cumprir e fazer cumprir todas as condições estabelecidas neste instrumento, no Edital de Pregão Eletrônico respectivo e em seus anexos, bem como na legislação correlata;
11. Comunicar-se com a CONTRATADA preferencialmente por escrito, notificando-a quando da constatação de qualquer pendência;
12. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
13. Controlar a execução financeira da contratação, dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos;
14. Analisar e se manifestar sobre eventuais pedidos de prorrogação de prazo quanto ao objeto contratado; e
15. Cumprir as demais obrigações consignadas neste instrumento contratual e em seus anexos.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA – São obrigações da CONTRATADA:

1. Realizar o objeto da Carta-Contrato nas condições, preços e prazos estabelecidos no Edital de Pregão Eletrônico, na proposta da Contratada e no Contrato, atendendo às solicitações do Contratante, conforme cronograma, endereços, condições e especificações discriminadas no Termo de Referência;
2. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da Carta-Contrato, sem prévia anuência do CONTRATANTE;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. Manter-se, durante a execução da Carta-Contrato, em situação de plena regularidade junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Pública, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Conselho Nacional de Justiça e à Justiça do Trabalho;
4. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;
5. Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;
6. Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços incidentes na execução do contrato;
7. Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto do contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor estimado na Cláusula sexta, na forma do artigo 65, § 1º e 2º, da Lei 8.666/93.
8. Responder por quais quer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato;
9. Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;
10. Cumprir, no prazo determinado na notificação expedida, determinação do fiscal ou do gestor do contrato para adimplemento de obrigação contratual, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
11. Entregar os objetos especificados nos endereços discriminados no presente Instrumento ou outro a ser informado pela contratante no ato da requisição, no horário estipulado para o início do serviço contratado, devidamente limpos e higienizados, e em perfeitas condições de utilização e funcionamento;
12. Entregar as grades de isolamento no horário informado no Termo de Referência;
13. Recolher os objetos locados a partir das 08h00 do dia imediatamente posterior ao término da diária.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. Recolher os objetos locados a partir das 17h00 dos dias 04 e 25 /10/2020;
15. Substituir, em caso de mau funcionamento, os objetos que apresentarem problemas, no prazo máximo de 02 (duas) horas, a contar da data da comunicação da ocorrência pelo CONTRATANTE;
16. Emitir e encaminhar à contratada nota fiscal dos serviços prestados, nos moldes contratados;
17. Informar imediatamente ao TRE/RO a ocorrência de qualquer problema que venha ocasionar a indisponibilidade do objeto desta contratação, ou qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução deste instrumento, para adoção das medidas cabíveis;
18. Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:
 - a) os pedidos de prorrogação de prazo deverão apresentar a devida justificada e ser dirigidos à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE/RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal deste instrumento, decidir acerca desses pedidos; e
 - b) somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para a entrega e a substituição do serviço, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008-TRE/RO.
19. Substituir, reparar/corrigir/refazer às suas expensas, no prazo determinado pelo gestor da contratação, contados de sua notificação, os serviços em desacordo com as especificações exigidas e/ou contendo falhas, imperfeições ou irregularidades; e
20. Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE/RO.

DAS PENALIDADES

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA - Pelo eventual descumprimento dos prazos e condições previstas nesta carta-contrato, no Edital e seus anexos e na proposta, a CONTRATADA se sujeita à aplicação das penalidades previstas neste instrumento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Primeira - Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, ensejará a aplicação de multa de mora à contratada no percentual de 1% (um por cento) sobre o valor dos serviços, por hora de atraso na entrega ou na substituição do objeto, até o limite de 05 (cinco) horas, podendo ser configurada a hipótese de inexecução da contratação quando for configurado atraso superior a 06 (seis) horas.

Subcláusula Segunda - Pela inexecução total ou parcial do objeto desta carta-contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa:

- a) advertência;
- b) multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da proposta da contratada;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Subcláusula Terceira - Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/02 e do artigo 28 do Decreto 5.450/2005, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeitar-se-á à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e será descredenciada do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF por igual período, sem prejuízo das multas previstas em edital e na contratação e das demais cominações legais, a LICITANTE que:

- a) Convocada dentro do prazo de validade de sua proposta não assinar o contrato;
- b) Deixar de entregar documentação exigida no edital;
- c) Apresentar documentação falsa exigida para o certame;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não manter a proposta;
- f) Falhar na execução do contrato;
- g) Fraudar na execução do contrato;
- h) Comportar-se de modo inidôneo;
- i) Cometer fraude fiscal; e
- j) Fizer declaração falsa.

Subcláusula Quarta - As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

Subcláusula Quinta - As multas e demais sanções previstas, não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE e a terceiros;

Subcláusula Sexta - A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, caracterizará a inexecução total deste instrumento.

Subcláusula Sétima - Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar à CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93;

Subcláusula Oitava - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE/RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

Subcláusula Nona - Na aplicação das penalidades previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE/RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

Subcláusula Décima Primeira- O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

Subcláusula Décima Segunda - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

Subcláusula Décima Terceira - Caso o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não seja suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Quarta - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber do TRE-RO, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Quinta - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

Subcláusula Décima Sexta - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

Subcláusula Décima Sétima - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Oitava - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

Subcláusula Décima Nona – O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

Subcláusula Vigésima - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008/TRE-RO.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Penalidades” deste instrumento.

Subcláusula Primeira – A rescisão contratual poderá ser:

1. Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos respectivos, desde que haja conveniência da Administração CONTRATANTE; e
3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência da contratação, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 65 e §§ da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável a requisições já efetuadas e serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Carta-Contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Quarta – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quinta – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão desta contratação, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta - Não há previsão de reajuste de preços para esta contratação em nenhuma das modalidades.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Sétima – Havendo alteração unilateral da Carta-Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – À execução do presente instrumento e aos casos omissos aplicam-se a legislação, as normas e os documentos indicados no início desta Carta-contrato, nos itens “Legislação aplicável” e “Fundamento legal”.

Subcláusula única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta carta-contrato ou a ela relativas, não resolvidas na esfera



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, assim acordados, lavrou-se a presente Carta-Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 14 de maio de 2020.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	DAIANE VIEIRA PACÍFICO Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 14/05/2020, às 14:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DAIANE VIEIRA PACÍFICO, Usuário Externo**, em 15/05/2020, às 10:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 15/05/2020, às 10:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 15/05/2020, às 10:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0534868** e o código CRC **755BD310**.

0002933-20.2019.6.22.8000

0534868v9

Criado por 006007062364, versão 9 por 006007062364 em 14/05/2020 11:15:42.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 10/2020 - PRES/DG/SAOFC/COMAP

1 - INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX e 7º, I, da Lei 8.666/93, no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002, ao art. 3º, XI, c/c o art. 8º, II do Decreto Federal n. 10.024/2019, na Instrução Normativa nº 04/2008 – TRE/RO, elaboramos o presente Termo de Referência, objetivando a contratação de serviço de locação de equipamentos tais como banheiros químicos portáteis e grades metálicas de isolamento, cadeiras de PVC, tendas com vistas ao atendimento da demanda advinda do Pleito Eleitoral de 2020.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2 - OBJETO, QUANTITATIVOS E LOCAIS DE INSTALAÇÃO

Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de locação de equipamentos tais como banheiros químicos portáteis e grades metálicas de isolamento, cadeiras de PVC, tendas e climatizadores, com vistas ao atendimento das demandas advindas do **Pleito Eleitoral de 2020**, conforme especificações abaixo enumeradas:

Item do Edital	Objeto	Quantidade objeto	Quantidade de diárias	Data de montagem / utilização
1	Grades de Isolamento - 3 metros lineares cada	40	1 diária	04/10/2020
2	Grades de Isolamento - 3 metros lineares cada	40	1 diária	25/10/2020
3	Grades de Isolamento - 3 metros lineares cada	70	1 diária	04/10/2020
4	Grades de Isolamento - 3 metros lineares cada	70	1 diária	25/10/2020
5	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	2	03 diárias	04/05/2020 a 06/05/2020
6	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	2	03 diárias	04/05/2020 a 06/05/2020

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	2	03 diárias	04/05/2020 a 06/05/2020
8	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	2	03 diárias	04/05/2020 a 06/05/2020
9	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	4	03 diárias	04/05/2020 a 06/05/2020
10	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	1	03 diárias	04/05/2020 a 06/05/2020
11	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	3	1 diária	04/10/2020
12	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	3	1 diária	25/10/2020
13	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	1	4 diárias	01/10/2020 a 04/10/2020
14	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	1	4 diárias	22/10/2020 a 25/10/2020
15	Banheiro Químico	2	03 diárias	04/05/2020 a 06/05/2020
16	Banheiro Químico	2	03 diárias	04/05/2020 a 06/05/2020
17	Banheiro Químico	2	03 diárias	04/05/2020 a 06/05/2020
18	Banheiro Químico	4	03 diárias	04/05/2020 a 06/05/2020



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

19	Banheiro Químico	2	03 diárias	04/05/2020 a 06/
20	Banheiro Químico	4	1 diária	04/10/2020
21	Banheiro Químico	4	1 diária	25/10/2020
22	Banheiro Químico	2	4 diárias	01/10/2020 a 04/
23	Banheiro Químico	2	4 diárias	22/10/2020 a 25/
24	Cadeiras plásticas	50	03 diárias	04/05/2020 a 06/
25	Cadeiras plásticas	100	03 diárias	04/05/2020 a 06/
26	Cadeiras plásticas	50	03 diárias	04/05/2020 a 06/
27	Cadeiras plásticas	80	03 diárias	04/05/2020 a 06/
28	Cadeiras plásticas	20	03 diárias	04/05/2020 a 06/
29	Cadeiras plásticas	500	03 diárias	04/05/2020 a 06/

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

30	Cadeiras plásticas	30	03 diárias	04/05/2020 a 06/05/2020
31	Cadeiras plásticas	30	03 diárias	04/05/2020 a 06/05/2020
32	Cadeiras plásticas	30	03 diárias	04/05/2020 a 06/05/2020
33	Climatizador de ambientes - tamanho grande	4	03 diárias	04/05/2020 a 06/05/2020
34	Climatizador de ambientes - tamanho grande	4	1 diária	04/10/2020
35	Climatizador de ambientes - tamanho grande	4	1 diária	25/10/2020

2.1 – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E LOCAIS DE ENTREGA

Item do Edital	Objeto	horário de entrega material	horário de recolhimento material	Endereço de instalação
1	Grades de Isolamento - 3 metros cada	18h do dia 03/10/2020.	08h do dia 05/10/2020.	Coordenadoria de Serviços Gerais, 1889, Baixa da União, CEP 76800-000
2	Grades de Isolamento - 3 metros cada	18h do dia 24/10/2020.	08h do dia 26/10/2020.	Coordenadoria de Serviços Gerais, 1889, Baixa da União, CEP 76800-000

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3	Grades de Isolamento - 3 metros cada	05h da manhã do dia 04/10/2020.	Recolhimento às 17h do mesmo dia.	13 Escolas - locais de votação - pela Coordenadoria de Segurança dentro do perímetro urbano no horário compreendido entre dias 04 e 25 de outubro de 2020. instalação não poderá ultrapassar as estipuladas.
4	Grades de Isolamento - 3 metros cada	05h da manhã do dia 25/10/2020.	Recolhimento às 17h do mesmo dia.	13 Escolas - locais de votação - pela Coordenadoria de Segurança dentro do perímetro urbano no horário compreendido entre dias 04 e 25 de outubro de 2020. instalação não poderá ultrapassar as estipuladas.
5	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	18h do dia 03/05/2020.	08h do dia 07/05/2020.	01ª Zona Eleitoral - Avenida Ca... Bairro: Tamandaré, Guajará Mirim
6	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	18h do dia 03/05/2020.	08h do dia 07/05/2020.	04ª Zona Eleitoral- Rua 545, n.º... América, Vilhena - RO.
7	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	18h do dia 03/05/2020.	08h do dia 07/05/2020.	07ª Zona Eleitoral - Travessa A... CEP 76.872-856, Bairro: Setor I
8	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	18h do dia 03/05/2020.	08h do dia 07/05/2020.	11ª Zona Eleitoral- Rua Anísio... Bairro: Centro, Cacoal - RO.
9	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	18h do dia 03/05/2020.	08h do dia 07/05/2020.	20ª Zona Eleitoral- Av. Presidente... 76805-859. Porto Velho - RO.
10	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	18h do dia 03/05/2020.	08h do dia 07/05/2020.	28ª Zona Eleitoral- Rua Café Fi... União, Ouro Preto do Oeste -RO
11	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	18h do dia 03/10/2020.	08h do dia 05/10/2020.	Coordenadoria de Serviços Gerenciais... 1889, Baixa da União, CEP 76800-000
12	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	18h do dia 24/10/2020.	08h do dia 26/10/2020.	Coordenadoria de Serviços Gerenciais... 1889, Baixa da União, CEP 76800-000

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	08h do dia 01/10/2020	08h do dia 05/10/2020.	Comissão de Transportes - Esta Estadual, Centro, Porto Velho-R
14	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	08h do dia 22/10/2020	08h do dia 26/10/2020.	Comissão de Transportes - Esta Estadual, Centro, Porto Velho-R
15	Banheiro Químico	18h do dia 03/05/2020.	08h do dia 07/05/2020.	04ª Zona Eleitoral- Rua 545, n. América, Vilhena - RO.
16	Banheiro Químico	18h do dia 03/05/2020.	08h do dia 07/05/2020.	07ª Zona Eleitoral- Travessa Aq CEP 76.872-856, Bairro: Setor I
17	Banheiro Químico	18h do dia 03/05/2020.	08h do dia 07/05/2020.	11ª Zona Eleitoral- Rua Anís Bairro: Centro, Cacoal - RO.
18	Banheiro Químico	18h do dia 03/05/2020.	08h do dia 07/05/2020.	20ª Zona Eleitoral- Av. Preside 76805-859. Porto Velho - RO.
19	Banheiro Químico	18h do dia 03/05/2020.	08h do dia 07/05/2020.	28ª Zona Eleitoral- Rua Café Fi União, Ouro Preto do Oeste -RO
20	Banheiro Químico	18h do dia 03/10/2020.	08h do dia 05/10/2020.	Coordenadoria de Serviços Gera 1889, Baixa da União, CEP 768
21	Banheiro Químico	18h do dia 24/10/2020.	08h do dia 26/10/2020.	Coordenadoria de Serviços Gera 1889, Baixa da União, CEP 768
22	Banheiro Químico	08h do dia 01/10/2020	08h do dia 05/10/2020.	Comissão de Transportes - Esta Estadual, Centro, Porto Velho-R
23	Banheiro Químico	08h do dia 22/10/2020	08h do dia 26/10/2020.	Comissão de Transportes - Esta Estadual, Centro, Porto Velho-R

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

24	Cadeiras plásticas	18h do dia 03/05/2020.	08h do dia 07/05/2020.	01ª Zona Eleitoral- Avenida Car Bairro: Tamandaré, Guajará Mir
25	Cadeiras plásticas	18h do dia 03/05/2020.	08h do dia 07/05/2020.	07ª Zona Eleitoral- Travessa Ac CEP 76.872-856, Bairro: Setor I
26	Cadeiras plásticas	18h do dia 03/05/2020.	08h do dia 07/05/2020.	11ª Zona Eleitoral- Rua Anís Bairro: Centro, Cacoal - RO.
27	Cadeiras plásticas	18h do dia 03/05/2020.	08h do dia 07/05/2020.	15ª Zona Eleitoral-Avenida Sã Bairro: centro, Rolim de Moura
28	Cadeiras plásticas	18h do dia 03/05/2020.	08h do dia 07/05/2020.	17ª Zona Eleitoral- Avenida Br Princesa Isabel, Alta Floresta do
29	Cadeiras plásticas	18h do dia 03/05/2020.	08h do dia 07/05/2020.	20ª Zona Eleitoral- Av. Preside 76805-859. Porto Velho - RO.
30	Cadeiras plásticas	18h do dia 03/05/2020.	08h do dia 07/05/2020.	28ª Zona Eleitoral- Rua Café Fi União, Ouro Preto do Oeste -RO
31	Cadeiras plásticas	18h do dia 03/05/2020.	08h do dia 07/05/2020.	34ª Zona Eleitoral - Avenida P Bairro: Setor 02, Buritis - RO.
32	Cadeiras plásticas	18h do dia 03/05/2020.	08h do dia 07/05/2020.	35ª Zona Eleitoral- Avenida Ca Cristo Rei, São Miguel do Guap
33	Climatizador de ambientes - tamanho grande	18h do dia 03/05/2020.	08h do dia 07/05/2020.	Coordenadoria de Serviços Gera 1889, Baixa da União, CEP 7680
34	Climatizador de ambientes - tamanho grande	18h do dia 03/10/2020.	08h do dia 05/10/2020.	Coordenadoria de Serviços Gera 1889, Baixa da União, CEP 7680



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

35	Climatizador de ambientes - tamanho grande	18h do dia 24/10/2020.	08h do dia 26/10/2020.	Coordenadoria de Serviços Gerais 1889, Baixa da União, CEP 76800-000
----	--	------------------------	------------------------	---

2.2 Poderá haver mudança dos endereços de entrega e instalação, sem, entretanto, alterar o município informado, tal modificação será comunicada pela Contratante no ato da requisição dos serviços e deverá ser executado pela Contratada sem qualquer acréscimo no valor da proposta.

2.3 As licitantes deverão atentar, no ato da apresentação das propostas, para determinados itens as diárias informadas referem-se a eventos que ocorrerão em datas diferentes, Fechamento do cadastro eleitoral, 1º turno das Eleições e 2º turno, se houver, sendo contabilizado uma diária apenas.

2.4 Será considerado o menor preço por diária, durante a elaboração da proposta deverão estar previstos todos os custos diretos e indiretos inerentes aos procedimentos de execução dos serviços a serem contratados, tais como tributos incidentes, serviços, encargos sociais, trabalhistas, transporte, montagem, limpeza e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação.

2.5 A Administração não se obriga à contratação de todas as diárias estimadas, especialmente em relação ao mês de outubro/2020 circunstância que dependerá da ocorrência de 2º turno das Eleições/2020.

2.6 – DETALHAMENTO DO OBJETO (ITENS):

a) Dos Banheiros Químicos Portáteis

Este equipamento deve atender no mínimo às seguintes exigências:

1. Tanque de resíduos com capacidade mínima para 227 litros.
2. Medidas mínimas de 2,30 m de altura, 1,10 m de largura e 1,20 m de comprimento.
3. Caixa de dejetos tampada.
4. Pia acionada com o pé.
5. A locadora deve ser responsável pela destinação final dos efluentes/resíduos em local adequado e autorizado pelos órgãos competentes e cumprindo as leis de preservação ambiental.
6. Entrega e coleta do equipamento por conta da contratada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7. Os banheiros químicos deverão ser entregues e recolhidos nos endereços acima especificados, devendo os custos inerentes à referida operação estar englobado na proposta da licitante.
8. Banheiros Masculinos com cor diferente do Feminino, e devidamente identificado no lado externo.
9. No ato da entrega dos equipamentos deverá incluir metade de banheiros masculino e metade banheiros feminino, exceto para o item 08, para o qual se exigirá somente banheiros masculinos.
10. Limpeza diária que deverá ser realizada pela contratada.
11. Deverão ser entregues com produtos químicos identificados e com papel higiênico, diariamente.

b) Das grades de isolamento

1. Devem ser em metal com estrutura tubular, de modo que evitee passagens de pedestres e veículos.
2. Atenderão locais diversos, na cidade de Porto Velho - RO.
3. Espaçamento mínimo das divisões de 140 mm.
4. Travas de encaixe em ambas laterais.
5. Grades no formato retangular e nas seguintes medidas de tamanho mínimo: 1,20 de altura por 3,00 de largura.
6. Metal galvanizado (NBR 6323).
7. Norma de aderência ao revestimento (NBR 7398).
8. As grades de isolamento deverão ser entregues e recolhidas nos endereços acima especificados, devendo os custos inerentes à referida operação estar englobado na proposta da licitante.
9. Quanto aos itens 03 e 04 do Obejto, a contratada deverá entregar os objetos especificados nos endereços a serem informados oportunamente pela Coordenadoria de Segurança das Eleições (COSE), no mínimo 13 locais de votação do perímetro urbano de PVH, no horário estipulado para o início do serviço contratado, devidamente limpos e higienizados, e em perfeitas condições de utilização e funcionamento e Instalar as grades de isolamento entre 5h00 e 7h00 dos dias 04 e 25 /10/2020;

c) Das Tendas

Tendas do tipo piramidal, com estrutura em metal galvanizado, com área de cobertura de tamanho mínimo de 5mx5m, cobertura de lona branca, altura mínima 2,5m. Deverá ser incluída a montagem e a desmontagem, no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

endereço informado acima. Caso a tenda não caiba no endereço a ser informado pelo Chefe de Cartório, quando do fechamento do cadastro do eleitor, poderá haver ajustes nas dimensões no momento da instalação, sem acréscimo ao valor contratado.

d) Das Cadeiras

Cadeira resistente em PVC, na cor branca, higienizadas, com apoio para as costas, com ou sem apoio para o braço, empilhável, sem falhas, trincas ou danos estruturais, em bom estado de conservação para que não venham inviabilizar o seu uso. Deverão ser entregues e recolhidas no local e horários informados no item respectivo.

Importante registrar que embora a Zona Eleitoral tenha solicitado 700 cadeiras, serão licitadas apenas 500, pois a SEPAT possui em seu estoque 250 cadeiras da última contratação para a Biometria.

e) Climatizador

Em que pese as unidades não terem se manifestado em relação à necessidade de climatizadores, considerando o histórico das últimas eleições, situações nas quais os equipamentos foram contratados de forma emergencial, por suprimimento de fundos [0378948](#), considerando a necessidade de planejamento das compras e adequação da natureza da despesa a fim de evitar seu fracionamento, esta unidade inclui a contratação do objeto conforme itens 33 a 35. Quanto à necessidade do equipamento, não resta dúvida, pois no mês de maio haverá o fechamento do cadastro do eleitor, com uso do espaço destinado ao estacionamento do TRE, local de temperatura um pouco elevada, logo reequer grandes máquinas de refrigeração. Quanto ao mês de outubro, ocorrerá a totalização dos votos pelos Chefes de Cartórios da Capital, com a participação dos integrantes das Juntas Eleitorais, que também trabalharão no estacionamento do TRE, por isso a contratação para climatizar o ambiente aberto.

3 - JUSTIFICATIVA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Para atendimento das solicitações informadas nos eventos 0000046-29.2020.6.22.8000, 493544 e 0489273.

a) Dos Banheiros Químicos Portáteis

A contratação de banheiros químicos portáteis nos locais informados no objeto justifica-se para suprir a demanda advinda da grande aglomeração de eleitores nos últimos dias de calendário de fechamento do cadastro eleitoral, no mês de maio/2020, bem como para atender os interessados que se reúnem para acompanhar a totalização dos votos, após a realização do Pleito. Não houve solicitação dos Chefes de Cartórios para instalação de banheiros químicos nos locais de votação de difícil acesso.

Da mesma forma, tendo em vista a instalação da Comissão de Transporte, foi solicitada a locação dos banheiros para atender cerca de 300 (trezentos) motoristas que serão mobilizados para preparação e realização do 1º e 2º turno do Pleito de 2020, não havendo, no local, estrutura sanitária suficiente para suprir a demanda exigida pelo grande número de componentes da comissão. A entrega e recolhimento é de responsabilidade de Contratada, no endereço acima, ou em outro endereço a ser informado pela Contratante, no município de Porto Velho.

b) Das grades de isolamento

Esta necessidade foi identificada pela Cia de Trânsito de Porto Velho no curso das eleições 2018, quando foi necessário instaurar procedimento urgente para o atendimento, e visa atender requisito de segurança para garantir o livre acesso a alguns locais de votação que apresentam intenso fluxo e aglomeração de pessoas e de veículos. É justamente para evitar atropelo de última hora que se pretende contratar com antecedência.

As grades de proteção somente serão utilizadas nos dias da eleição, motivo pelo qual serão duas diárias, sendo uma para o 1º turno, e uma diária para o 2º turno, se houver. Têm por objetivo realizar o isolamento de áreas restritas e também delimitar os espaços destinados ao público que acompanham através de telão a ser instalado, a totalização dos votos. Serão instaladas em locais diferentes, também na frente de escolas onde haja grande aglomeração de eleitores, a fim de controlar o fluxo de carros e pedestres. Sua instalação e montagem para isolamento dentro do perímetro urbano de Porto Velho-RO, conforme horários abaixo:

Item: Sua montagem será realizada pela Contratante. Entrega no TRE às 18h da véspera da Eleição, e recolhimento a partir das 8h da manhã do dia seguinte ao pleito. Sua montagem será realizada pela Contratante.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Item: Instalação de desinstalação pela Contratada de 210,0 metros lineares de grades, divididos entre 13 locais de votação do perímetro urbano de Porto Velho. As grades deverão estar instaladas em cada um dos 13 locais de votação do perímetro urbano de Porto Velho no horário compreendido entre 5:00 horas e 7:00 horas da manhã dos dias 04 e 25 de outubro de 2020. Importante ressaltar que o horário de instalação não poderá ultrapassar as 7:00 horas da manhã das datas estipuladas.

As grades de isolamento deverão ser entregues e recolhidas nos endereços a serem informados pela Coordenadoria de Segurança das Eleições (COSE) da Assessoria de Planejamento do TRE-RO, devendo TODOS os custos dessa operação estarem englobados na proposta da licitante.

c) Das Tendas

Serão utilizadas as tendas no mês de maio/2020 para abrigo dos eleitores e proteção contra exposição direta dos raios solares e pingos de chuvas. Haverá grande demanda dos serviços da Justiça Eleitoral nos últimos dias do fechamento do cadastro, ocasião na qual estima-se o atendimento de pelos menos 2.000 pessoas por dia na Central de Atendimento ao Eleitor. As tendas serão instaladas no estacionamento ou na rua em frente ao Fórum eleitoral, do mesmo modo ocorrerá no interior do Estado, nos Cartórios Eleitorais que solicitaram o referido serviço. A montagem é de responsabilidade de Contratada.

No mês de outubro/2020 as tendas serão utilizadas para montar guaritas de segurança para controle e fluxo de passagens de veículos e servidores à serviço da Justiça Eleitoral, por este motivo a necessidade de montagem dos pontos estratégicos, onde ficarão durante todo o dia da eleição os policiais que farão o controle de entrada e saída. A montagem é de responsabilidade de Contratada.

d) Das cadeiras de PVC:

Serão utilizadas no mês de maio/2020 para melhor atendimento aos eleitores que buscarão os serviços da Justiça Eleitoral, nos últimos dias do fechamento do cadastro, ocasião na qual estima-se o atendimento de pelos menos 2.000 pessoas por dia na Central de Atendimento ao Eleitor. As cadeiras serão dispostas no estacionamento do TRE-RO ou em frente ao Fórum Eleitoral, do mesmo modo ocorrerá no interior do estado nos cartórios que solicitaram o referido serviço. A organização das cadeiras será de responsabilidade da Contratante.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

Além disso, o objeto deste Termo de Referência consta no Planejamento Anual das Contratações para 2020, e vem ao encontro OBJETIVOS ESTRATÉGICOS estabelecidos no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 - MACRODESAFIOS deste órgão, a saber:

- Garantir a legitimidade do processo eleitoral;
- Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança

Adotar-se-á como Valores:

Ética: Atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade;

Transparência: Garantia do acesso às informações, ações e decisões institucionais;

Acessibilidade: Garantir aos usuários o acesso simplificado e rápido a serviços e informações, observando os direitos de cidadania;

Celeridade: Atendimento da demanda do cidadão usuário no menor tempo possível;

Responsabilidade social e ambiental: Atitude responsável em relação aos critérios de sustentabilidade;

Inovação: Estímulo à criatividade e à busca de soluções diferenciadas;

Eficácia: Atuar no sentido de alcançar os resultados planejados;

Comprometimento: Atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades;

Qualidade de vida do servidor: Promover a melhoria da qualidade de vida de seus servidores. atividades;

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Refere-se às políticas, aos métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano no TRE-RO. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização dos servidores e colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao desenvolvimento de práticas de incentivo; à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias e ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA E DA TRANSPARÊNCIA NO PROCESSO ELEITORAL

Está relacionado a objetivos e iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança e da transparência dos pleitos eleitorais, com a utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.

CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

Têm por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos magistrados e servidores.

5. DA CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL:

Para efeito de cumprimento dos critérios de sustentabilidade exigidos no art. 6º, incisos I e VII da Instrução Normativa n. 01/2010/SLTI, somente para habilitação referente aos **itens 15 a 23 (banheiros químicos)** inclusos no objeto deste Termo de Referência, serão exigidos os documentos de Licenciamento Ambiental de Operação - LAO e Licença da Vigilância Sanitária - ANVISA, ambos expedidos por órgãos competentes para licenciar a instalação e operação de atividades e empreendimentos que



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

utilizam recursos naturais, ou que sejam potencialmente poluidores ou ainda que possam causar degradação ambiental.

6. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO EM TODOS OS ITENS:

Visando aferir a regularidade dos licitantes, deverão ser apresentados, para habilitação, sem prejuízo de outros documentos legalmente exigíveis:

- a) Certidão Negativa de Débito da Fazenda nacional ou INSS;
- b) Certidão de Regularidade do FGTS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT; e,
- d) Certidão negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade emitida pelo CNJ.

7 – DO VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO

7.1 O valor estimado da presente contratação é de R\$ 90.465,52 (noventa mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), conforme valores obtidos no mercado local e detalhamento abaixo:

Item	Objeto	Quantidade A	Quantidade de diárias B	Média do objeto unitário C	Valor estimado da diária AxBxC
1	Grades de Isolamento - 3 metros cada	40	1 diária	R\$40,86	R\$1.634,40
2	Grades de Isolamento - 3 metros cada	40	1 diária	R\$40,86	R\$1.634,40

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3	Grades de Isolamento - 3 metros cada	70	1 diária	R\$40,86	R\$ 2.860,20
4	Grades de Isolamento - 3 metros cada	70	1 diária	R\$40,86	R\$ 2.860,20
5	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	2	03 diárias	R\$494,75	R\$2.968,50
6	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	2	03 diárias	R\$494,75	R\$2.968,50
7	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	2	03 diárias	R\$494,75	R\$2.968,50
8	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	2	03 diárias	R\$494,75	R\$2.968,50
9	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	4	03 diárias	R\$494,75	R\$5.937,00
10	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	1	03 diárias	R\$485,80	R\$1.457,40
11	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	3	1 diária	R\$494,75	R\$1.484,25
12	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	3	1 diária	R\$494,75	R\$1.484,25
13	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	1	4 diárias	R\$494,75	R\$1.979,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	1	4 diárias	R\$494,75	R\$1.979,00
15	Banheiro Químico	2	03 diárias	R\$307,19	R\$1.843,14
16	Banheiro Químico	2	03 diárias	R\$680,52	R\$4.083,12
17	Banheiro Químico	2	03 diárias	R\$588,85	R\$3.533,10
18	Banheiro Químico	4	03 diárias	R\$288,62	R\$3.463,44
19	Banheiro Químico	2	03 diárias	R\$747,19	R\$4.483,14
20	Banheiro Químico	4	1 diária	R\$288,62	R\$1.154,48
21	Banheiro Químico	4	1 diária	R\$288,62	R\$1.154,48
22	Banheiro Químico	2	4 diárias	R\$288,62	R\$2.308,96
23	Banheiro Químico	2	4 diárias	R\$288,62	R\$2.308,96
24	Cadeiras plásticas	50	03 diárias	R\$3,48	R\$522,00
25	Cadeiras plásticas	100	03 diárias	R\$3,08	R\$924,00
26	Cadeiras plásticas	50	03 diárias	R\$3,28	R\$492,00
27	Cadeiras plásticas	80	03 diárias	R\$3,48	R\$835,20
28	Cadeiras plásticas	20	03 diárias	R\$3,08	R\$184,80
29	Cadeiras plásticas	500	03 diárias	R\$3,48	R\$5.220,00
30	Cadeiras plásticas	30	03 diárias	R\$3,98	R\$358,20
31	Cadeiras plásticas	30	03 diárias	R\$3,48	R\$313,20
32	Cadeiras plásticas	30	03 diárias	R\$3,48	R\$313,20
33	Climatizador de ambientes - tamanho grande	4	03 diárias	R\$1.089,30	R\$13.071,60



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

34	Climatizador de ambientes - tamanho grande	4	1 diária	R\$1.089,30	R\$4.357,20
35	Climatizador de ambientes - tamanho grande	4	1 diária	R\$1.089,30	R\$4.357,20
					R\$

7.2 Detalhamento do quadro de valores estimados:

Item	Objeto	Quantidade A	Quantidade de diárias B	Valor do objeto /diária Preço 1 Tendas Colombo	Valor do objeto /diária Preço 2 - Construloc	Valor do objeto/diária Preço 3 EMOPS	Valor do objeto /diária Preço 4 Loc Maq	Valor do objeto /diária Preço 5 Carlindo	Valor do objeto /diária Preço BNH Miraflores
1	Grades de Isolamento - 3 metros cada	40	1 diária	R\$75,00	NC	NC	R\$85,00	NC	NC
2	Grades de Isolamento - 3 metros cada	40	1 diária	R\$75,00	NC	NC	R\$85,00	NC	NC
3	Grades de Isolamento - 3 metros cada	70	1 diária	R\$75,00	NC	NC	R\$85,00	NC	NC
4	Grades de Isolamento - 3 metros	70	1 diária	R\$75,00	NC	NC	R\$85,00	NC	NC

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	cada								
5	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	2	03 diárias	R\$450,00	NC	NC	NC	NC	NC
6	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	2	03 diárias	R\$450,00	NC	NC	NC	NC	NC
7	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	2	03 diárias	R\$450,00	NC	NC	NC	NC	NC
8	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	2	03 diárias	R\$450,00	NC	NC	NC	R\$400,00	NC
9	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	4	03 diárias	R\$450,00	NC	NC	NC	NC	NC
10	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	1	03 diárias	R\$450,00	NC	NC	NC	NC	NC
11	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	3	1 diária	R\$450,00	NC	NC	NC	NC	NC

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	3	1 diária	R\$450,00	NC	NC	NC	NC	NC
13	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	1	4 diárias	R\$450,00	NC	NC	NC	NC	NC
14	Tendas do tipo piramidal, 5x5m	1	4 diárias	R\$450,00	NC	NC	NC	NC	NC
15	Banheiro Químico	2	03 diárias	R\$200,00	R\$1.650,00	R\$250,00	R\$210,00	NC	NC
16	Banheiro Químico	2	03 diárias	R\$200,00	R\$1.600,00	R\$1.100,00	NC	NC	NC
17	Banheiro Químico	2	03 diárias	R\$200,00	R\$1.600,00	R\$1.800,00	R\$550,00	R\$200,00	NC
18	Banheiro Químico	4	03 diárias	R\$200,00	R\$500,00	R\$350,00	R\$210,00	NC	NC
19	Banheiro Químico	2	03 diárias	R\$200,00	R\$1.650,00	R\$1.450,00	NC	NC	NC
20	Banheiro Químico	4	1 diária	R\$200,00	R\$500,00	R\$350,00	R\$210,00	NC	NC
21	Banheiro Químico	4	1 diária	R\$200,00	R\$500,00	R\$350,00	R\$210,00	NC	NC
22	Banheiro Químico	2	4 diárias	R\$200,00	R\$500,00	R\$350,00	R\$210,00	NC	NC
23	Banheiro	2	4	R\$200,00	R\$500,00	R\$350,00	R\$210,00	NC	NC

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Químico		diárias						
24	Cadeiras plásticas	50	03 diárias	R\$6,00	NC	NC	NC	NC	NC
25	Cadeiras plásticas	100	03 diárias	R\$6,00	NC	NC	NC	NC	R\$1,5
26	Cadeiras plásticas	50	03 diárias	R\$6,00	NC	NC	NC	R\$2,50	NC
27	Cadeiras plásticas	80	03 diárias	R\$6,00	NC	NC	NC	NC	NC
28	Cadeiras plásticas	20	03 diárias	R\$6,00	NC	NC	NC	NC	NC
29	Cadeiras plásticas	500	03 diárias	R\$6,00	NC	NC	NC	NC	NC
30	Cadeiras plásticas	30	03 diárias	R\$6,00		NC	NC	NC	NC
31	Cadeiras plásticas	30	03 diárias	R\$6,00	NC	NC	NC	NC	NC
32	Cadeiras plásticas	30	03 diárias	R\$6,00	NC	NC	NC	NC	NC
33	Climatizador de ambientes - tamanho grande	4	03 diárias	NC	NC	NC	R\$1.200,00	NC	NC
34	Climatizador de ambientes - tamanho grande	4	1 diária	NC	NC	NC	R\$1.200,00	NC	NC

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

35	Climatizador de ambientes - tamanho grande	4	1 diária	NC	NC	NC	R\$1.200,00	NC	NC

7.3 NC - Não cotou.

7.4 Para a capital não foi considerado para aferição do valor a diária do banheiro químico por R\$ 500,00, haja vista o valor manifestamente acima do valor de mercado para o referido objeto.

7.5 Para Cacoal, Ouro Preto do Oeste, Aiquemes e Vilhena não foram considerados os menores valores apresentados para não incorrer em valor abaixo do mercado, e consequentemente no fracasso da Licitação, uma vez que com base no histórico das últimas contratações, verificou-se que o valor médio de mercado para o objeto encontra-se nívelado ao valor informado acima.

8 – DA CLÁUSULA DE ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

A contratação do serviço de locação de equipamentos discriminado no presente Termo de Referência está prevista no planejamento orçamentário desta Unidade para o exercício de 2020, devendo a despesa pleiteada ser custeada pelo Orçamento de Pleitos Eleitorais do exercício de 2020, e complementado em caso de necessidade pelo orçamento conforme demonstrado no quadro abaixo:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Pleito Eleitoral 2020
AGREGADOR	Apoio Administrativo, técnico e Operacional
DESPESA AGREGADA	Fechamento do cadastro de eleitores



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Comissão de transporte Divulgação do resultado
PLANO INTERNO	DIV SERVIC 1 DIV SERVIC 2
VALOR ESTIMADO RESERVADO NO ORÇAMENTO 2020	R\$ 30.000,00 – 1º TURNO R\$ 10.000,00 – 2º TURNO

9 - CERTAME LICITATÓRIO

9.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Trata-se de objetos habitualmente oferecidos pelo mercado especializado. São locações de bens comuns porque os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações reconhecidas e usuais no mercado e de atestações padronizadas para todos os licitantes. Assim, é possível afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos serviços. Dessa forma, deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, **do tipo menor preço por item, na forma de fornecimento parcelado**, consoante as condições definidas neste TR e com fundamento no art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e no art. 3º, inciso II do novel Decreto Federal n. 10.024/2019, regulamento do Pregão eletrônico. A Administração não se obriga a contratar a totalidade dos itens informados no objeto deste Termo de Referência.

9.2 DA APLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME.

1. Considerando que o valor total dos itens estimados para a contratação pretendida não excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o certame deve garantir a exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma estabelecida pelo art. 48, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, I, do Decreto Federal nº 8.538/2015.
2. Por sua vez, essa medida não trará restrição à competição, haja vista que a pesquisa de preços revelou que contratações similares foram realizadas com empresas dessa categoria econômica.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

As ME/EPP's poderão participar do certame com as demais regras de preferências previstas na legislação (empate ficto).

9.3 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

Os preços das propostas deverão prever todos os custos diretos e indiretos para a execução integral dos serviços a serem contratados.

O valor estimado neste Termo de Referência deverá ser o parâmetro máximo de preço aceito na proposta de cada licitante. Desta forma, não poderão ser consideradas as propostas que apresentarem preços unitários ou globais superiores aos estimados pela Administração, devendo a proposta, nesse caso, ser recusada pelo pregoeiro.

9.4 HABILITAÇÃO:

Habilitação jurídica: Tratando-se de sociedades comerciais as licitantes deverão apresentar o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado. Tratando-se de sociedades por ações, os atos constitutivos deverão estar acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores, em ambos os casos comprovando que a empresa exerce atividades compatíveis com o objeto do presente Termo de Referência.

Habilitação fiscal e trabalhista: A licitante deverá estar regular junto ao SICAF e/ou apresentar comprovante de regularidade perante a Fazenda Federal e/ou Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como apresentar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e a Certidão Negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNJ);

Habilitação técnica:

I - Para efeito de cumprimento dos critérios de sustentabilidade exigidos no art. 6º, incisos I e VII da Instrução Normativa n. 01/2010/SLTI, somente para habilitação referente aos itens 15 a 23 (banheiros químicos), serão exigidos os documentos de **Licenciamento Ambiental de Operação - LAO e Licença da Vigilância Sanitária - ANVISA**, ambos expedidos por órgãos competentes para licenciar a instalação e operação de atividades e empreendimentos que utilizam recursos naturais, ou que sejam potencialmente poluidores ou ainda que possam causar degradação ambiental.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.0-DA CONTRATAÇÃO

A adjudicatária será formalmente convocada para assinatura do contrato de acordo com a minuta do edital adaptado à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 10.520/2002 e, de forma subsidiária, a Lei n. 8.666/93. O contrato regulará a relação entre a Administração Contratante e a Contratada.

10.1. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

No ato da assinatura do contrato a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao **SICAF** e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, a adjudicatária deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.

Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a adjudicatária realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.

Após a realização do cadastro e liberação pela Seção de Contratos, a adjudicatária será convocada para assinar o contrato no referido sistema, nos Termos da minuta ajustada à proposta vencedora, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a solicitação da Seção de Contratos.

Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Seção de Contratos remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela compromissária. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

Com a assinatura do contrato a contratada se obriga a realizar o objeto da licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital de Pregão e seus anexos e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais, editalícias e contratuais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais o edital de Pregão e seus Anexos e a proposta vencedora da contratada, independentemente de transcrição.

À relação contratual, além das disposições previstas no Edital de Pregão, aplicam-se as normas da Lei n. 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08 - ou outra norma do TRE/RO que venha a substituí-la ou alterá-la. Supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e, por fim, as regras gerais do Código Civil Brasileiro.

O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a **adjudicatária**, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor a ela adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

A Carta-Contrato terá vigência da data de sua assinatura até o dia 19/12/2020. O prazo de execução dos serviços obedecerá o cronograma informado no item 2.1 deste Termo de Referência.

10.2 OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

São obrigações da CONTRATANTE:

1. Solicitar formalmente à Contratada, mediante reequisição dos serviços, com até 05 (cinco) dias corridos de antecedência, a quantidade, horário e endereço de entrega e recolhimento;
 - a) Receber os objetos devidamente higienizados nos locais especificados no presente instrumento, por meio de Termo de Recebimento (Termo de Recebimento e Devolução de Material - Anexo I), no qual deverão constar as condições apresentadas pelo objeto locado (vistoria completa) e a discriminação de seus acessórios e equipamentos, bem como a data e a hora da efetiva entrega nos locais onde serão utilizados;
 - b) Os materiais serão recusados se estiverem em desacordo com as exigências estipuladas neste termo de referência, no Edital ou na carta-contrato, ou, ainda, se apresentarem quaisquer vícios de qualidade ou impropriedades para o uso.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) Disponibilizar os objetos locados para recolhimento pela CONTRATADA, a partir das 08h00 do dia seguinte à realização do evento, devendo a referida operação ser processada por meio de Termo de Devolução devidamente assinado pelo fiscal do contrato e pelo representante da empresa locadora;

d) Responsabilizar-se por todos os danos ocasionados aos objetos, durante o período em que os mesmos estiverem sob sua responsabilidade;

2. Manter atualizados os documentos próprios dos registros de serviços que tenham sido realizados pela CONTRATADA;

3. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

4. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada;

5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, conforme estipulado neste instrumento.

10.3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

1. Realizar o objeto da Carta-Contrato nas condições, preços e prazos estabelecidos no Edital de Pregão Eletrônico, na proposta da Contratada e no Contrato, atendendo às solicitações do Contratante, conforme cronograma, endereços, condições e especificações discriminadas no Termo de Referência;

2. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da Carta-Contrato, sem prévia anuência do CONTRATANTE;

3. Manter-se, durante a execução da Carta-Contrato, em situação de plena regularidade junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Pública, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Conselho Nacional de Justiça e à Justiça do Trabalho;

4. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;

5. Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

responsabilidade o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

6. Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços incidentes na execução do contrato;

7. Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto do contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor estimado na Cláusula sexta, na forma do artigo 65, § 1º e 2º, da Lei 8.666/93.

8. Responder por quais quer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato;

9. Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

10. Cumprir, no prazo determinado na notificação expedida, determinação do fiscal ou do gestor do contrato para adimplemento de obrigação contratual, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11. Entregar os objetos especificados nos endereços discriminados no presente Instrumento ou outro a ser informado pela contratante no ato da requisição, no horário estipulado para o início do serviço contratado, devidamente limpos e higienizados, e em perfeitas condições de utilização e funcionamento;

12. Entregar as grades de isolamento no horário informado neste Termo de Referência;

13. Recolher os objetos locados a partir das 08h00 do dia imediatamente posterior ao término da diária.

13.b) Entregar os objetos especificados nos itens 03 e 04 nos endereços a serem informados oportunamente pela Coordenadoria de Segurança das Eleições (COSE), no mínimo 13 locais de votação do perímetro urbano de PVH, no horário estipulado para o início do serviço contratado, devidamente limpos e higienizados, e em perfeitas condições de utilização e funcionamento;

c) Instalar as grades de isolamento em 13 locais de votação (escolas) do perímetro urbano de PVH, entre 5h00 e 7h00 dos dias 04 e 25 /10/2020;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) Recolher os objetos locados a partir das 17h00 dos dias 04 e 25 /10/2020;

e) Substituir, em caso de mau funcionamento, os objetos que apresentarem problemas, no prazo máximo de 02 (duas) horas, a contar da data da comunicação da ocorrência pelo CONTRATANTE;

14. Substituir, em caso de mau funcionamento, os objetos que apresentarem problemas, no prazo máximo de 02 (duas) horas, a contar da data da comunicação da ocorrência pelo CONTRATANTE;

11– DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil, contado da data em que a Fatura/Nota Fiscal for devidamente atestada pelo Fiscal do contrato, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços - ISS.

O pagamento será efetuado por evento ocorrido ou turno da eleição, após o recolhimento do material locado.

No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, a Justiça do Trabalho e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

12. DAS SANÇÕES

Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, ensejará a aplicação de multa de mora à contratada no percentual de 1% (um por cento) sobre o valor dos serviços, por hora de atraso na entrega ou na substituição do objeto, até o limite de 05 (cinco) horas, podendo ser configurada a hipótese de inexecução do CONTRATO, quando for configurado atraso superior a seis horas.

Poderão ser aplicadas à contratada, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas em edital e seus anexos, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de até 30% (dez por cento) sobre o valor da proposta;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.3 Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/02 e do artigo 28 do Decreto 5.450/2005, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeitar-se-á à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, será descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais e multa, a LICITANTE que:

- a) deixar de entregar documentação exigida no edital;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) não mantiver a proposta;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) fizer declaração falsa;
- f) cometer fraude fiscal.
- g) não celebrar o contrato.
- h) ensejar o retardamento da execução do contrato.
- i) falhar ou fraudar a execução

O valor da multa ou condenação, eventualmente aplicadas à CONTRATADA, deverá ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);

O valor da multa ou condenação, eventualmente aplicadas à Contratada, deverá ser automaticamente descontada do pagamento da fatura a que fizer jus.

No caso de o valor de pagamento a que fizer jus a Contratada não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);

Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor da multa ou condenação, eventualmente aplicadas a mesma, deverá ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);

Caso a Contratada não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido no item 10.7, seu valor será corrigido com juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, conforme determina o art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e o Acórdão n. 1.603/2011 do Tribunal de Contas da União.

Se a contratada não recolher o valor da multa ou da condenação, eventualmente aplicadas, dentro estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02);

Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE/RO – CAI2.

As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida IN TRE/RO n. 004/08.

13. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

A Gestão do Contrato será exercida pela Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE/RO, ou seu substituto legal, em sua ausência.

A fiscalização dos serviços será de responsabilidade do Chefe de Cartório do município de execução dos serviços, e, na capital, o fiscal será o Coordenador de Serviços Gerais e pela Assessoria de Planejamento (ASPLAN) e Coordenadoria de Segurança das Eleições (COSE), ou seu substituto legal, em sua ausência, para acompanhamento do recebimento e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

devolução dos materiais requisitados, atestando e conferindo suas quantidade e qualidade, cabendo a todos:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução física dos serviços “in loco”;
- b) Apontar as faltas cometidas pela Contratada, solicitando correções e substituições;
- c) Emitir termo de recebimento e devolução do objeto contendo data e hora.

A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

Os procedimentos adotados são os previstos neste Termo de Referência, na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e na legislação em vigor.

14. DOS ANEXOS

Seguem anexos ao presente Termo de Referência:

- a) Estudos preliminares com pesquisa das necessidades para a presente aquisição: 0000046-29.2020.6.22.8000, 493544 e 0489273.
- b) Pesquisa de Mercado e Pesquisa no Banco de Preços - [0493643](#), [0493645](#), [0493646](#), [0493647](#), [0493648](#), [0493649](#), [0493650](#), [0493652](#), [0493653](#), [0493909](#), [0493909](#), [0494074](#), [0494077](#), [0494978](#) e [0495007](#), [0495008](#).
- c) Modelo para Termo de Recebimento e Devolução de Material - Anexo I [0493909](#)



Documento assinado eletronicamente por **RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA, Coordenador(a)**, em 31/01/2020, às 09:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0499588** e o código CRC **26399125**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0002933-20.2019.6.22.8000

0499588v2

Criado por 009193402356, versão 2 por 009193402356 em 31/01/2020 09:43:19.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002933-20.2019.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Material e Patrimônio

ASSUNTO: Definição da modalidade de licitação e análise do Termo de Referência – Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de serviço de locação de equipamentos – banheiros químicos, tenda, grades metálicas de isolamento e outros – Eleições Municipais 2020. Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 10 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP do TRE/RO ([0264153](#)), objetivando a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de locação de equipamento, como banheiros químicos portáteis, grades metálicas de isolamento, cadeiras de PVC e tendas, com vista ao atendimento das demandas advindas do Pleito Eleitoral de 2020.

02. O Termo de Referência n. 8/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0495703](#)) consta a especificação e detalhamento dos objetos, quantitativos e locais de instalação, prazos de execução e locais de entrega, planejamento estratégico, justificativa, valor estimado, aderência ao planejamento orçamentário, aplicabilidade do regime de exclusividade para ME e EPP, critérios para aceitação da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

propostas, documentos de habilitação, obrigações das partes, forma de contratação, pagamento, sanções, gestão e fiscalização.

A pesquisa de mercado foi realizada conforme os eventos [0493643](#), [0493645](#), [0493646](#), [0493647](#), [0493648](#), [0493649](#), [0493650](#), [0493652](#), [0493653](#), [0493909](#), [0493909](#), [0494074](#), [0494077](#), [0494978](#), [0495007](#) e [0495008](#).

03. Após remessa da COMAP ([0495013](#)), o Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade tomou conhecimento dos autos do processo em epígrafe por meio da funcionalidade “ciência” do Sistema Eletrônico de Informação – SEI.

04. Em seguida, juntou-se a Programação Orçamentária ([0496835](#)) totalizando **R\$ 40.000,00** (quarenta mil reais), oportunidade em que a COFC informou que “*a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA)*”.

05. Ressalta-se que a COMAP, unidade responsável pelas avaliações dos Termos de Referências, nos termos do item **XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE nº 004/08**, foi também a unidade responsável pela elaboração do referido TR, presumindo-se com isso atendida tal obrigatoriedade de avaliação e regularidade. Portanto, não há necessidade de uma nova análise.

06. Assim instruídos, vieram os autos a esta Assessoria para análise jurídica. **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JÚRIDICA

07. Quanto à definição da modalidade de licitação, o Tribunal de Contas da União, considerando o uso de Pregão Eletrônico, assim prescreve:

Acórdão 2172/2008 Plenário (Sumário) - A utilização da modalidade pregão é possível, nos termos da Lei nº 10.520/2002, sempre que o objeto da contratação for padronizável e disponível no mercado, independentemente de sua complexidade.

Acórdão 265/2010 Plenário - Utilize obrigatoriamente a modalidade pregão para aquisição e/ou contratação de bens e serviços comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, conforme regra ínsita no art. 1º,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

parágrafo único, da Lei no 10.520/2002, incluindo nessas características os bens e serviços de TI.

(...)

08. O Manual de Licitações & Contratos do Tribunal de Contas da União – 4ª edição assim estabelece:

Bens e serviços comuns são produtos cuja escolha deve ser feita com base somente nos preços ofertados, por serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa.

(...)

Bens ou serviço será comum quando for possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, por intermédio de especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto. O estabelecimento desses padrões permite ao agente público analisar, medir ou comparar os produtos entre si e decidir pelo melhor preço.

09. Por sua vez, o parágrafo único do artigo 1º da Lei n. 10.520/02 dispõe:

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

10. Assim, considerando que o valor estimado da contratação extrapola a situação de dispensa legal e, tratando-se de serviços comuns no mercado, cujos padrões de qualidade são objetivamente definidos no edital (inciso II do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19) - o que se vislumbra no caso em exame, tem-se como imperiosa a adoção da modalidade de Pregão em sua forma eletrônica, em cumprimento ao art. 1º, § 1º, do Decreto n. 10.024/19, procedimento que, à margem de qualquer dúvida, foi incorporada no procedimento deste Tribunal através da Portaria 143/2005/TRE, salvo comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos (art. 1º, § 4º, do Decreto n. 10.024/19).

11. O edital de licitação, caso aprovada a pretensão pela autoridade superior, deve estabelecer o tipo de licitação, em conformidade com o que determina o § 1º do art. 45 da Lei n. 8.666/1993, para a contratação dos serviços pretendidos deverá ser o de “menor preço” oferecido por cada item do certame, na forma de fornecimento parcelado, conforme os critérios de aceitação de proposta e forma de adjudicação apresentados no item 9.3 do TR.

12. Nessa linha, o TR n. 8 ([0495703](#)), possui os elementos essenciais definidos no inciso XI do art. 3º do Decreto Federal nº



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.024/19, podendo ser **aprovado** pela autoridade competente, em atendimento ao **inciso II do art. 14** do mesmo regulamento.

13. A aplicação do regime de exclusividade na participação de microempresas e empresas de pequeno porte deve ser aplicada, porquanto o valor individual estimado para os itens da contratação está dentro do limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme previsto no art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, o qual regulamentou a LC 123/06, salvo presentes as situações justificantes enumeradas no art. 9º do mesmo regulamento, as quais devem ser evidenciadas nos autos.

III – CONCLUSÃO

14. Ante o exposto, opina esta Assessoria Jurídica pela autorização da contratação pretendida por meio de **pregão, na forma eletrônica, tipo menor preço por item, na forma de fornecimento parcelado**, com fundamento na **Lei n. 10.520/02** e **art. 1º, § 1º, do Decreto n. 10.024/19** com observância do regime de exclusividade destinado às ME/EPP's, haja vista o valor estimado encontra-se nos limites delineados pelo **art. 6º do Decreto 8.538/2015**.

15. Por fim, na busca da proposta mais vantajosa e não se tratando de critério de julgamento pelo maior desconto, ocorrerá a **restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação**, conforme disciplinado no art. 15 do Decreto n. 10.024/2019.

16. Com relação ao **instrumento de contratação a ser celebrado** previsto no item 10.1 do Termo de Referência ([0495703](#)) - o referido instrumento **não consta nos autos**. No entanto, tal ausência não configura nenhuma irregularidade, pois o art. 4º, III, da Lei nº 10.520, de 17/7/2002 estabelece que a minuta do contrato constará do edital. Assim, poderá esta AJDG analisá-la juntamente com a minuta do edital.

17. Por derradeiro, e para evitar pedidos de esclarecimentos ao edital, esta unidade jurídica entende pertinente a revisão do texto constante no quadro demonstrativo - item 2.1 do TR, para que a sigla COSEG seja substituída por **Coordenadoria de Serviços Gerais** e também onde constar somente a numeração referente aos cartórios eleitorais seja complementado, por exemplo: 01ª **Zona Eleitoral** - Avenida Candido Rondon, n. 784 - CEP 76.850-000, Bairro: Tamandaré, Guajará Mirim - RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

18. Reitera-se, por fim, que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, não incumbe a esta unidade avaliar as especificações utilizadas, dado o seu caráter eminentemente técnico.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 22/01/2020, às 13:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0497051** e o código CRC **9E8A7EF2**.

0002933-20.2019.6.22.8000

0497051v11

Criado por 004891562321, versão 11 por 004891562321 em 22/01/2020 13:24:07.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002933-20.2019.6.22.8000

INTERESSADO: GABINETE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO,
ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

ASSUNTO: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de locação de equipamento, como banheiro químico, tendas, cadeiras, grades metálicas de isolamento e outros.

DESPACHO Nº 101 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([0488114](#)), com o objetivo de contratar pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de locação de equipamento, como banheiro químico, tendas, cadeiras e outros, com vista ao atendimento das demandas advindas do Pleito Eleitoral de 2020, conforme especificações constantes do Termo de Referência n. 8 ([0495703](#)).

A presente contratação foi estimada no valor de R\$ 90.465,52 (noventa mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), consoante pesquisa de mercado efetuada pela COMAP no mercado local (eventos [0493643](#) a [0495008](#)).

No despacho 76 ([0496198](#)) consta a informação de que a despesa pleiteada será custeada pelo Orçamento de Pleitos Eleitorais do exercício de 2020, e complementado em caso de necessidade pelo orçamento ordinário. Para tanto, foi reservado o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme programação orçamentária juntada pela COFC ([0496835](#)).

A COMAP, unidade responsável pelas avaliações dos Termos de Referências/Projetos Básicos, nos termos do item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE nº 004/08, foi também a unidade responsável pela elaboração do referido TR, presumindo-se com isso atendida tal obrigatoriedade de avaliação e regularidade.

Instada a se manifestar, a Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral - AJDG opinou pela autorização da contratação pretendida por meio de pregão, na forma eletrônica, tipo menor preço, com fundamento na Lei n. 10.520/02 e no art. 1º, § 1º, do Decreto n. 10.024/19, pela aplicação do regime de exclusividade às ME/EPP's, pela restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação e ainda pela elaboração de minuta do instrumento contratual para que seja analisada juntamente com a minuta de edital, nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93, e, por fim, pela revisão do texto para evitar pedidos de esclarecimentos ao edital ([0497051](#)).

A SAOFC manifestou-se no mesmo sentido da Assessoria Jurídica ([0497334](#)).

Inicialmente, em razão do valor estimado da contratação extrapolar a situação de dispensa legal e que, e por se tratar de bens definidos como comuns, cujos padrões de qualidade poderão ser objetivamente definidos no edital do certame (inciso II do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19), tem-se como imperiosa a adoção da modalidade de pregão em sua forma eletrônica, em cumprimento ao art. 1º, § 1º, do Decreto n. 10.024/19, procedimento que, à margem de qualquer dúvida, foi incorporada no procedimento deste Tribunal mediante a Portaria



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

143/2005/TRE, salvo comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos (art. 1º, § 4º, do Decreto n. 10.024/19).

Vale registrar, que em razão do valor estimado, para cada item encontrar-se dentro dos limites delineados pelo art. 6º do Decreto 8.538/2015, o qual regulamentou a LC n. 123/06, aplica-se o regime de exclusividade destinado às ME/EPP's.

Ante o exposto e com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018, esta diretora-geral:

1 - APROVA o Termo de Referência nº 8 (0495703), porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no [art. 3º, XI, do Decreto Federal n. 10.024/2019](#);

2 - AUTORIZA a licitação na Modalidade Pregão, na forma eletrônica, estabelecendo o tipo de licitação menor preço por item, com fulcro na Lei n. 10.520/02 e no art. 1º, § 1º, do Decreto n. 10.024/19;

3- DETERMINA a restrição na divulgação dos valores estimados para a contratação, disponibilizando-os apenas após a fase de lances, nos termos do art. 15 "caput" e § 2º do Decreto 10.024/2019;

4 – AUTORIZA a aplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's, nos termos do art. 6º do Decreto n. 8.538/2015; e

5 – DETERMINA a elaboração de minuta do instrumento contratual para que seja analisada juntamente com a minuta de edital nos termos do art. 4º, III da Lei 10.520/2002.

À SAOFC para prosseguimento do feito visando a contratação na forma proposta, observando-se a recomendação contida no item 17 do Parecer Jurídico 10.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 28/01/2020, às 16:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0497898** e o código CRC **E6062248**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0002933-20.2019.6.22.8000

0497898v12

Criado por 026098941465, versão 12 por 004577222313 em 28/01/2020 16:55:47.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002933-20.2019.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP

ASSUNTO: Minutas de Carta-contrato e Edital – análise – Prestação de serviços de locação de equipamento - banheiro químico portáteis, grades metálicas de isolamento, cadeiras de PVC, tendas e climatizadores. Eleições 2020.

PARECER JURÍDICO Nº 21 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP do TRE/RO ([0264153](#)), objetivando a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de locação de equipamento, como banheiros químicos portáteis, grades metálicas de isolamento, cadeiras de PVC e tendas, com vista ao atendimento das demandas advindas do Pleito Eleitoral de 2020.

02. A demanda foi objeto de análise preambular desta Assessoria Jurídica, por meio do Parecer Jurídico nº 10/2020 – PRES/DG/AJDG ([0497051](#)), na oportunidade, opinou-se pelo processo licitatório, na **modalidade pregão, na forma eletrônica, tipo menor preço por item, na forma de fornecimento parcelado**, com fundamento na **Lei n. 10.520/02** e art. 1º, § 1º, do **Decreto n. 10.024/19** com observância do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

regime de exclusividade destinado às ME/EPP's, haja vista o valor estimado encontra-se nos limites delineados pelo **art. 6º do Decreto 8.538/2015**, bem como a restrição na divulgação dos preços estimados.

03. Sobrevido as manifestações do Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade, em substituição (Manifestação n. 39/2020-PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC, evento [0497334](#)), a Diretora-Geral deste TRE aprovou o TR n. 8, autorizou a licitação pretendida **nos moldes sugeridos**, e determinou a elaboração de minuta do instrumento contratual para ser analisado juntamente com a minuta do Edital, conforme Despacho n. 101/2020-PRES/DG/GABDG ([0497898](#)).

04. Na sequência a SAOFC direciona os autos à SLC para **elaboração da minuta de edital de licitação, à AJDG** para análise e emissão de parecer jurídico da referida minuta e para continuidade e demais providências pertinentes solicita a devolução dos autos à SLC ([0498600](#)).

05. Por sua vez a SLC retorna os autos com diligência à COMAP para que se manifesta em relação a divergência apontada na comprovação de habilitação técnica referente a itens da prestação de serviços de locação de banheiros químicos ([0499219](#)). Por sua hora a COMAP (0499589) atende as questões diligenciadas pela SLC e os ajustes solicitados no parecer jurídico ([0497051](#)), para tanto, junta aos autos o novo Termo de Referência 10 ([0499588](#)).

06. Prosseguindo o feito, a Seção de Contratos – SECONT elaborou a minuta de Carta-Contrato ([0499527](#)) e a Seção de Licitações e Compras – SLC juntou cópia da Portaria n. 703/2019, que designa os pregoeiros oficiais, equipe de apoio e os membros da comissão permanente de licitação no âmbito deste Tribunal ([0500882](#)) e a minuta do instrumento convocatório ([0500883](#)).

07. Por fim, remeteu os autos a esta Assessoria Jurídica para análise ([0500884](#)) do Edital e minuta da Carta-Contrato. **É o necessário relato.**

II - ANÁLISE JURÍDICA

08. A minuta de Carta-contrato ([0499527](#)) sistematizou as regras aplicáveis ao futuro ajuste, estando em **conformidade** com as



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

normas da Lei n. 8.666/93 e com os princípios e diretrizes que norteiam as contratações públicas, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

09. De outro lado, observa-se que a **minuta de Edital de Pregão Eletrônico** juntada aos autos ([0500883](#)) contemplou as regras gerais e específicas aplicáveis à contratação. Bem como, verificam-se satisfeitos os requisitos da Lei n. 8.666/93, notadamente em seu art. 40, e da Lei n. 10.520/02, esta última regulamentada pelo Decreto Federal n. 10.024/2019.

10. Há destaque quanto à comprovação de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, **(itens 9.1)**, bem como ao cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal, constante no **item 9.5, d** (contração de menores de 18 anos), a qual deverá ser enviada pela mesma através do próprio Sistema Eletrônico do COMPRASNET no momento do envio da proposta.

11. Assinala-se que na elaboração do instrumento, especificamente no **item 10.3**, o registro de prazo razoável de **02 (duas) horas** a partir da solicitação do Pregoeiro para o envio de documentos complementares à habilitação, sob pena de inabilitação.

12. Como se trata de prestação de serviço de locação de equipamentos tais como banheiros químicos portáteis e grades metálicas de isolamento, cadeiras de PVC e tendas, as propostas e os lances serão ofertados **POR ITEM**, considerando o **VALOR TOTAL**, obtido por meio do formulário padrão de proposta, consoante letra “a” do item 7.1.1.

13. Por fim, verifica-se que o Pregoeiro cuidou para que os preços estimados não fossem divulgados, conforme disciplinado no art. 15 do Decreto n. 10.024/2019.

III - CONCLUSÃO

14. Pelo exposto, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da **minuta de Contrato** ([0499527](#)) e da **minuta do Edital e Anexos** ([0500883](#)), esses instrumentos estão aptos a desencadear a fase externa do certame competitivo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 10/02/2020, às 18:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0502778** e o código CRC **DD559384**.

0002933-20.2019.6.22.8000

0502778v6

Criado por 004891562321, versão 6 por 004891562321 em 10/02/2020 18:07:57.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002933-20.2019.6.22.8000

INTERESSADO: COMAP

ASSUNTO: **Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 04/2020 –**

Locação de equipamentos (banheiros químicos portáteis, grades metálicas de isolamento, cadeiras de PVD, tendas e climatizadores) - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 34 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP do TRE/RO ([0488114](#)), objetivando a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de locação de equipamento, como banheiros químicos portáteis, grades metálicas de isolamento, cadeiras de PVC e tendas, com vista ao atendimento das demandas advindas do Pleito Eleitoral de 2020.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

02. Após regular tramitação, juntou-se aos autos a minuta do Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos ([0500883](#)), a qual logrou aprovação por esta unidade, por meio do Parecer Jurídico nº 21/2020 - PRES/DG/AJDG ([0502778](#)), convertendo-se no Edital de Pregão Eletrônico nº 04/2020 ([0503819](#)).

03. Os documentos comprobatórios da divulgação do instrumento convocatório foram juntados nos eventos [0503820](#) e [0504429](#).

04. Houve 1 (um) pedido de esclarecimento sobre o valor estimado ([0507856](#)) e 1 (uma) impugnação ao Edital ([0507854](#)).

05. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) relatório de propostas ([0511642](#)); e

b) documentos de habilitação das empresas LUAMARTE SONORIZAÇÃO EIRELI, CNPJ nº 12.920.840/0001-51 ([0511643](#)); SILK BRINDES COMUNICAÇÃO VISUAL, CNPJ nº 19.814.481/0001-05 ([0511644](#) e [0512584](#)), T C P DOS SANTOS, CNPJ nº 23.501.150/0001-84 ([0511646](#)), LIMA & SILVA LTDA, CNPJ nº 08.156.871/0001-00 ([0511649](#) e [0511650](#)), LOC-MAQ LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ nº 01.905.016/0001-06 ([0511655](#) e [0511656](#)) e DENISE NEVES DA SILVA EIRELI – ME, CNPJ nº 15.072.268/0001-06 ([0511658](#) e [0511659](#));

06. Na continuidade o Pregoeiro trouxe aos autos as Atas do certame ([0511661](#) e [0511662](#)), Resultado por Fornecedor ([0511664](#)), Termo de Adjudicação ([0511665](#)), Resultado de Licitação ([0511666](#)) e o comprovante de sua publicação ([0512021](#)).

07. Por fim, em seu relatório ([0512022](#)), o pregoeiro relata as principais ocorrências da competição.

08. Assim, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0512024](#)). **É o necessário relato.**

II – DA ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2020

09. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto.

10. Na publicação do aviso ([0504429](#)) consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

11. Destarte, passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital:

Houve 1 (um) pedido de esclarecimentos sobre o valor estimado do objeto, tendo sido devidamente respondido ([0507856](#)). Também, ocorreu 1 (uma) impugnação ao edital julgada improcedente ([0507854](#)). A empresa LOC-MAQ LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA impugnou o item 9.3, alínea “b”, do Edital, que trata da exigência de Licença da vigilância Sanitária – ANVISA como requisito de qualificação técnica, alegando restringir a competitividade do certame. Em sua decisão, o pregoeiro aduziu que o edital prevê que os documentos devem ser emitidos por órgãos competentes e, considerando a possibilidade de delegação da emissão deste documento aos Estados, Distrito Federal e Municípios, basta que as licitantes interessadas apresentem os documentos dentro dos limites da delegação recebida pelas entidades/órgãos, não havendo necessidade de alteração do edital. Assim, por não haver nenhuma novidade com força para alterar as normas editalícias, o pregoeiro, após ouvida a unidade técnica ([0507275](#)), julgou improcedente a impugnação;

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve;

c) Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0511642](#)) e nas atas do certame ([0511661](#) e [0511662](#)). Não houve recusa de lances;

d) Fase de negociação/aceitação: Todas as ocorrências foram registradas no quadro constante do item 5.3 do Relatório nº 5/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0512022](#)). Desse modo, as justificativas demonstram que a pregoeira, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e) **Cancelados na aceitação:** Sim. Os itens 16, 24, 26, 27, 28, 31 e 32 restaram fracassados;

f) **Item deserto:** Não houve;

g) **Fase de Habilitação:** As empresas LUAMARTE SONORIZAÇÃO EIRELI, CNPJ nº 12.920.840/0001-51 ([0511643](#)), SILK BRINDES COMUNICAÇÃO VISUAL, CNPJ nº 19.814.481/0001-05 ([0511644](#) e [0512584](#)), T C P DOS SANTOS, CNPJ nº 23.501.150/0001-84 ([0511646](#)), LOC-MAQ LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ nº 01.905.016/0001-06 ([0511655](#) e [0511656](#)) e LIMA & SILVA LTDA, CNPJ nº 08.156.871/0001-00 ([0511649](#) e [0511650](#)) atenderam os requisitos habilitatórios, consoante documentação acostadas ao feito, e foram habilitadas. Esclarece-se que, após registro de intenção de recurso, esta última foi considerada inabilitada para os itens 16, 18 e 19, devido o reconhecimento de ausência da certidão de vigilância sanitária para os banheiros químicos;

h) **Recursos:** Na Ata Principal do Pregão em análise ([0511661](#)), a licitante LOC-MAQ apresentou intenção de recurso. Contudo, o pregoeiro recusou em razão da perda do objeto quando a licitante LIMA & SILVA admitiu não haver apresentado o documento da vigilância sanitária e a empresa LOC-MAQ desistiu da intenção de recurso. Na Ata Complementar ([0511662](#)), não houve registro de intenção de recurso; e

i) **Ata Complementar ([0511662](#)):** Em razão da inabilitação da licitante LIMA & SILVA para os itens 16, 18 e 19, após abertura do prazo recursal, o pregoeiro retornou à fase de negociação para os itens citados, procedeu o aceite de proposta e a habilitação da empresa LOC-MAQ para os itens 17 e 19.

12. Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às vencedoras.**

13. É importante registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados nas Atas da Sessão Pública ([0511661](#) e [0511662](#)).

14. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

15. Desse modo, mesmo registrando fracassados alguns itens na licitação, conclui-se que o procedimento transcorreu de **forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados nas Atas da Sessão Pública ([0511661](#) e [0511662](#)).

16. Pois bem, os **itens 16, 24, 26, 27, 28, 31 e 32 restaram fracassados**, pois os valores das propostas superaram o estimado no certame, mesmo após negociação. Desta forma, para resolução do fracasso da licitação temos as seguintes opções: repetição do certame licitatório ou contratação direta por dispensa de licitação.

17. Caso não haja prejuízo, em razão da demora, de outro procedimento licitatório, a Administração poderá pleitear a repetição do certame. Nesse caso específico a unidade solicitante (COMAP) deverá se manifestar acerca da repetição do certame. Considerando as justificativas apresentadas pela unidade técnica solicitante da aquisição, **poderá** afigurar-se inviável a repetição do certame sem o risco de prejuízos. Dessa forma analisaremos a possibilidade de contratação direta prevista no **inciso V do artigo 24 da Lei nº 8.666/93**.

18. De outra parte, se a Administração concluir que a repetição do certame não é vantajosa e que pode ocasionar nova frustração, postergando ainda mais o início da prestação dos serviços, além de importar em antieconomicidade, **poderá opinar pela contratação direta de seu objeto com fundamento no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, que trata de licitações desertas.

19. A respeito da admissibilidade de aplicação da dispensa fundamentada no inciso V, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, veja-se abaixo o posicionamento da Corte de Contas Nacional com relação a este tema:

Observa a Unidade Técnica que, de fato, o autor citado entende como desinteresse pela licitação os casos de não acudirem licitantes, ou todos serem desqualificados ou nenhuma proposta classificada como se lê na sua obra *Direito Administrativo Brasileiro*, Malheiros, 26ª ed., p.264. No entanto, observa que a doutrina diferencia licitação deserta de fracassada, no dizer de Zanella Di Pietro, em *Direito Administrativo*, Atlas, 14ª ed., p. 313 e em face da divergência doutrinária procurar arrimo na jurisprudência prevalecente desta Corte de Contas onde se busca o fundamento jurídico último, a ratio juris do inciso V do art. 24 da Lei na 8.666/1993, que é obstar a ocorrência de algum prejuízo à Administração por conta da injustificada repetição de um procedimento licitatório, autorizando-se a contratação direta quando a licitação anteriormente realizada, por razões alheias à ação do Poder Público, não logra êxito. Mesmo assim, defende que essa alegada possibilidade de ocorrência de prejuízo à Administração por conta da repetição do certame, assim



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

como a presumível eliminação daquele prejuízo com a imediata contratação direta, ou mesmo por que não se iniciou o procedimento licitatório anteriormente, deverá estar convincentemente demonstrada por parte do órgão desejoso de contratar, visto ser isso o que inequivocamente deflui do preceito legal em comento ao aludir à licitação que, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. **Acórdão 551/2002 Segunda Câmara (Relatório do Ministro Relator).**

20. Nesse contexto, essa dispensa estaria, ainda, respaldada nos princípios do interesse público, da economicidade e da eficiência, pois se a Administração efetivar todas as tentativas para obter sucesso em sua licitação e, mesmo assim, esta não seja concretizada, o serviço público não pode ser prejudicado, sendo possível a aplicação da dispensa.

21. Ainda sobre o assunto, o ilustre professor Jacoby explana que, para a aplicação de dispensa de licitação capitulada no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, requer o atendimento de 05 (cinco) requisitos:

- a) ocorrência de licitação anterior;
- b) ausência de interessados;
- c) risco de prejuízo caracterizado ou demasiadamente aumentado pela demora decorrente de processo licitatório;
- d) evitabilidade do prejuízo mediante contratação direta e;
- e) manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior.

22. Registra-se que todos os requisitos deverão ser devidamente preenchidos, cabendo à Administração observar. Ainda, deverão estar criteriosamente informados, de modo que se possa fundamentar a contratação direta.

23. Nesse sentido, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, há possibilidade jurídica de enquadrar a contratação pretendida sob o pálio do **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, ressaltando que a Administração deverá validar a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame. De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço estimado para a contratação, salvo justificativa. **A este respeito, Decisão TCU nº 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU nº 2219/2010-Plenário.**

III - DA CONCLUSÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

24. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação (**0511665**), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

25. Ainda, deverá a Administração **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. De toda sorte, optando-se pela aquisição direta, deverão ser observadas **todas as condições estabelecidas na competição preambular**, notadamente o preço estimado para os serviços.

26. Por derradeiro, recomenda-se, novamente, que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, **Analista Judiciário**, em 11/03/2020, às 17:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO**, **Assessor Jurídico**, em 11/03/2020, às 17:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0512774** e o código CRC **D84B58C5**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002933-20.2019.6.22.8000

INTERESSADO: COMAP

ASSUNTO: Locação de equipamentos (banheiros químicos portáteis, grades metálicas de isolamento, cadeiras de PVD, tendas e climatizadores) . Pregão Eletrônico nº 18/2019. Homologação.

DESPACHO Nº 334 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP do TRE/RO, objetivando a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de locação de equipamentos, como banheiros químicos portáteis, grades metálicas de isolamento, cadeiras de PVC, tendas e climatizadores, com vista ao atendimento das demandas advindas do Pleito Eleitoral de 2020 ([0488114](#)).

Houve 1 (um) pedido de esclarecimento sobre o valor estimado ([0507856](#)) e 1 (uma) impugnação ao Edital ([0507854](#)).

Cumprida a fase de julgamento, o Pregoeiro declarou vencedoras do certame as licitantes: 01.905.016/0001-06 - LOC-MAQ LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTO LTDA, itens 1, 2, 3, 4, 15,17,18, 19, 20, 21, 22 e 23, valor R\$ 18.975,00; 08.156.871/0001-00 - LIMA & SILVA LTDA, itens 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 30, 33, 34 e 35, valor R\$ 20.082,45; 12.920.840/0001-51 - LUAMARTE SONORIZACAO EIRELI, item 5, valor R\$ 2.500,00; 19.814.481/0001-05 - SILK BRINDES COMUNICACAO VISUAL, COMERCIO, SERVICOS, item 29, valor R\$ 4.900,00; 23.501.150/0001-84 - T C P DOS SANTOS, item 25, valor R\$ 924,00. Valor total R\$ 47.381,45.

As propostas para os itens 16, 24, 26, 27, 28, 31 e 32 foram recusadas pelo Pregoeiro por serem superiores ao valor estimado pela Administração, e não haver redução dos valores pelos licitantes proponentes, caracterizando-se licitação fracassada em relação a estes itens. Superada a etapa recursal, o Pregoeiro adjudicou o objeto às vencedoras.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação e pela possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens mencionados, com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93 ([0512774](#)).

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Observa-se que, embora tenham restados fracassados os itens supramencionados, o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata Principal da Sessão Pública e na Ata Complementar ([0511661](#) e [0511662](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta Diretora-Geral **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 04/2020**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação ([0511665](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

À COMAP para se manifestar sobre a contratação direta dos itens 16, 24, 26, 27, 28, 31 e 32, com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, **demonstrando a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame**, cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos ou pela realização de novo certame para aquisição futura.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 07/05/2020, às 19:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0512987** e o código CRC **DEF8F824**.

0002933-20.2019.6.22.8000

0512987v28

Criado por 011001942313, versão 28 por 004577222313 em 07/05/2020 18:58:39.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVICO PUBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 12Mai20 NUMERO: 2020NE000350
ESPECIE : 01 - ORIGINAL
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133
ENDERECO : AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 08156871/0001-00 - LIMA & SILVA LTDA
ENDERECO : MARECHAL RONDON 222 ALVORADA
MUNICIPIO : 0017 - OURO PRETO DO OESTE UF: RO CEP: 76920-000

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM SERVIÇO DE LOCAÇÃO, CONFORME PREGÃO ELETRÔNICO 04/2020, PARECER JURÍDICO DA AJDG (0512774), DESPACHO DA DIRETORIA GERAL 334 (0512987), DESPACHO 798 DA SAOFC (0532651) E INFORMAÇÃO 53 DA COMAP.

CLASS : 1 14101 02061003342690001 167864 0100000000 339039 000000 DIV SERVICI
TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: PREGAO
AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: 00029332020196228000
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3
ORIGEM DO MATERIAL :
REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 3.780,00
TRES MIL, SETECENTOS E OITENTA REAIS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 12 -LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAME

SEQ.: 1	QUANTIDADE:	1	VALOR UNITARIO:	980,00
			VALOR DO SEQ. :	980,00

ITEM 11 DO EDITAL - TENDAS DO TIPO PIRAMIDAL, 5X5M; QUANTIDADE: 3; DIÁRIAS:01;
DATA DE INSTALAÇÃO/MONTAGEM/UTILIZAÇÃO: 04/10/2020; LOCAL: PORTO VELHO/RO.

SEQ.: 2	QUANTIDADE:	4	VALOR UNITARIO:	200,00
			VALOR DO SEQ. :	800,00

ITEM 13 DO EDITAL - TENDAS DO TIPO PIRAMIDAL, 5X5M; QUANTIDADE: 1; DIÁRIAS:04;
DATA DE INSTALAÇÃO/MONTAGEM/UTILIZAÇÃO: 01/10/2020 A 04/10/2020; LOCAL: PORTO VELHO/RO.

SUBTOTAL : 1.780,00

LIA MARIA
ARAÚJO
LOPES:260468

Assinado de forma digital por LIA MARIA
ARAÚJO LOPES:260468
DN: cn=LIA MARIA ARAÚJO, ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, ou=PPS-CF A3,
ou=(EM BRANCO), ou=Autenticado por
Certificado Digital, ou=FRANCISCO
PARENTES DA COSTA FILHO:16251784253
Dados: 2020.05.13 14:16:50 -04'00'

FRANCISCO
PARENTES DA COSTA
FILHO:16251784253

Assinado de forma digital por FRANCISCO
PARENTES DA COSTA FILHO:16251784253
DN: cn=FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO, ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, ou=PPS-CF A3,
ou=(EM BRANCO), ou=Autenticado por
Certificado Digital, ou=FRANCISCO
PARENTES DA COSTA FILHO:16251784253
Dados: 2020.05.13 13:59:15 -04'00'

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

NOTA DE EMPENHO

PAGINA: 2

EMISSAO : 12Mai20 NUMERO: 2020NE000350 PROCESSO: 00029332020196228000
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CREDOR : 08156871/0001-00 - LIMA & SILVA LTDA
ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

SEQ.: 3	QUANTIDADE:	1	VALOR UNITARIO:	2.000,00
			VALOR DO SEQ. :	2.000,00

ITEM 34 DO EDITAL - QUANTIDADE DE 04 CLIMATIZADOR DE AMBIENTES - TAMANHO GRANDE; DIÁRIA: 04; DATA DE INSTALAÇÃO/MONTAGEM/UTILIZAÇÃO: 04/10/2020; LOCAL: PORTO VELHO/RO.

T O T A L : 3.780,00

LIA MARIA ARAUJO
LOPES:260468

[illegible]LIA MARIA ARAUJO LOPES
ORDENADOR

FRANCISCO PARENTES DA
COSTA FILHO:1625178425

[illegible]

FRANCISCO P. COSTA FILHO
GESTOR FINANCEIRO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

SERVICO PUBLICO FEDERAL
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 12Mai20 NUMERO: 2020NE000351
ESPECIE : 01 - ORIGINAL
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133
ENDereco : AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 08156871/0001-00 - LIMA & SILVA LTDA
ENDereco : MARECHAL RONDON 222 ALVORADA
MUNICIPIO : 0017 - OURO PRETO DO OESTE UF: RO CEP: 76920-000

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM SERVIÇO DE LOCAÇÃO, CONFORME PREGÃO E
LETRÔNICO 04/2020, PARECER JURÍDICO DA AJDG (0512774), DESPACHO DA DIRETORIA
GERAL 334 (0512987), DESPACHO 798 DA SAOFC (0532651) E INFORMAÇÃO 53 DA COMAP.

CLASS : 1 14101 02061003342690001 167864 0100000000 339039 000000 DIV SERVIC2
TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: PREGAO
AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: 00029332020196228000
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3
ORIGEM DO MATERIAL :
REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 4.064,25
QUATRO MIL E SESENTA E QUATRO REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 12 -LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAME

SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 1.484,25
VALOR DO SEQ. : 1.484,25

ITEM 12 DO EDITAL - TENDAS DO TIPO PIRAMIDAL, 5X5M; QUANTIDADE: 3; DIÁRIAS:01;
DATA DE INSTALAÇÃO/MONTAGEM/UTILIZAÇÃO: 25/10/2020; LOCAL: PORTO VELHO/RO.

SEQ.: 2 QUANTIDADE: 4 VALOR UNITARIO: 145,00
VALOR DO SEQ. : 580,00

ITEM 14 DO EDITAL - TENDAS DO TIPO PIRAMIDAL, 5X5M; QUANTIDADE: 1; DIÁRIAS:04;
DATA DE INSTALAÇÃO/MONTAGEM/UTILIZAÇÃO: 22/10/2020 A 25/10/2020; LOCAL: PORTO
VELHO/RO.

SUBTOTAL : 2.064,25

LIA MARIA
ARAUJO
LOPES:260468

Assinado de forma digital por LIA MARIA
ARAUJO LOPES:260468
Data: 2020.05.13 11:34:55 -0400

FRANCISCO
PARENTES DA
COSTA
FILHO:16251784253

Assinado de forma digital por FRANCISCO
PARENTES DA COSTA FILHO:16251784253
Data: 2020.05.13 10:02:32 -0400



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 2

EMISSÃO : 12Mai20 NÚMERO: 2020NE000351 PROCESSO: 00029332020196228000
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CREDOR : 08156871/0001-00 - LIMA & SILVA LTDA
ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL OU SERVIÇO

SEQ.:	QUANTIDADE:	1 VALOR UNITARIO:	2.000,00
		VALOR DO SEQ.:	2.000,00

ITEM 35 DO EDITAL - QUANTIDADE DE 04 CLIMATIZADOR DE AMBIENTES - TAMANHO GRANDE; DIÁRIA: 04; DATA DE INSTALAÇÃO/MONTAGEM/UTILIZAÇÃO: 25/10/2020; LOCAL: PORTO VELHO/RO.

T O T A L : 4.064,25

LIA MARIA
ARAUJO
LOPES:260468

LIA MARIA ARAUJO LOPES
ORDENADOR

FRANCISCO PARENTES DA
COSTA FILHO:16251784253

FRANCISCO P. COSTA FILHO
GESTOR FINANCEIRO